

# O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL (2012-2015) E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL-PNDR.

Guilherme Bridi<sup>1</sup>

Carlos Leoni<sup>1</sup>

Jéssica Flores Wesendonck<sup>1</sup>

Maximilianus Andrei Pontes Pinent<sup>2</sup>

RCC



Revista Ciência e Conhecimento – ULBRA/São Jerônimo

**RESUMO** - A presente pesquisa busca analisar o Plano de desenvolvimento do Turismo do RS (2012-2015), bem como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, buscando identificar similaridades e distinções entre ambos os documentos. O objetivo geral consiste em contribuir com subsídios para a discussão que envolve a importância da Política Nacional de desenvolvimento regional e o seu uso para o desenvolvimento turístico. O método utilizado foi o estudo de caso, a fim de poder atingir aos objetivos propostos para o trabalho. Foi igualmente realizada entrevista com representante da SETUR-RS. Os resultados apontam para a existência de similaridades, especialmente no que concerne ao caráter sustentável, inclusivo, transversal, de redução das desigualdades e de gestão descentralizada de ambos documentos, o que fortalecem as concepções de alinhamento entre as políticas estadual e nacional no que concerne ao planejamento público, turismo e desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** Turismo. Desenvolvimento Regional. Sustentabilidade.

**ABSTRACT** - This research analyzes the RS Tourism's Development Plan (2012-2015), and the National Policy for Regional Development – PNDR, in order to identify similarities and differences between both documents. The main objective is to provide insight to the discussion surrounding the importance of the National Policy of regional development and its use for tourism development in general. The method used was the case study, in order to achieve the proposed objectives for the work. It was also applied Interview with SETUR-RS Chef Officer. The results obtained, show to the existence of similarities in both scenarios, especially with regard to their sustainable and inclusive purposes, to reduce inequalities and decentralized management, which reinforce the concepts of alignment between state and national policies regarding the public planning, tourism and regional development.

**Keywords:** Tourism. Regional Development. Sustainability.

1 – Instituto de Porto Alegre - IPA, RS, Brasil.

2 – Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT, RS, Brasil.

#### Dados para correspondência

Guilherme Bridi  
Rua Vicente da Fontoura, nº 2954,  
Bairro Rio Branco, Apto. 303.  
CEP 90640002  
Cidade: Charqueadas, RS, Brasil  
E-mail: guime70@gmail.com

Recebido em: 24/09/2014.

Revisado em: 20/10/2014.

Aceito em: 24 /10/2014.

**Área:** Metodologias e estratégias de ensino e aprendizagens.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta como tema principal analisar o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul (2012-2015), e verificar se o mesmo possui itens consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR.

Para tanto será realizado uma análise do Plano de Desenvolvimento turístico e da PNDR, a fim de identificar possíveis elementos em comum. Sob essa perspectiva, será dado enfoque para as similaridades entre objetivos, propostas e eixos temáticos de cada documento. Será realizada igualmente uma entrevista com um representante da Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul, a fim de buscar elementos de reforço ou contraposição dos dados obtidos através da análise dos referidos Planos.

Conforme se pode observar em Brasil (2012), a primeira Política Nacional de Desenvolvimento Regional, PNDR I, datada de 2003, constituiu-se como um marco no que concerne a uma nova compreensão das políticas nacionais de desenvolvimento, possuindo esta, características de inclusão, sustentabilidade e gestão descentralizada. Dessa forma, parece ficar evidenciada sua importância como modelo de política de desenvolvimento regional no Brasil.

Cabe aqui considerar, igualmente, que deverão ser respeitadas as devidas diferenciações entre a PNDR, de abrangência nacional e o Plano de Desenvolvimento do Turismo do RS, com enfoque estadual. Sem desconsiderar a importância dessas diferenciações, julga-se pertinente analisar possíveis similaridades, que poderiam, em tese, refletir um cenário de alinhamento e cooperação entre as esferas estadual e federal e, principalmente, entre as políticas de turismo e desenvolvimento regional.

Sob essa perspectiva, chega-se ao problema de pesquisa proposto, o qual busca responder a seguinte pergunta. O Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul utilizou como referencial a PNDR na elaboração de seus itens estruturais? Que profissionais foram responsáveis pela elaboração deste plano? Quais foram os critérios para escolha das regiões turísticas propostas no plano?

Como objetivo geral, busca-se contribuir com subsídios para a discussão que envolve a importância da Política Nacional de desenvolvimento regional e o seu uso para o desenvolvimento turístico, nesse caso, tendo como enfoque a realidade do Estado do Rio Grande do Sul.

Em se tratando dos objetivos específicos, os mesmos consistem em: Identificar, quais os conceitos de planejamento utilizados na elaboração do Plano de desenvolvimento do

Turismo do estado; Verificar de quais áreas do conhecimento são advindos os profissionais responsáveis pela elaboração deste plano; Verificar a existência de elementos em comum entre o Plano de Desenvolvimento do Turismo do RS e a PNDR.

### **Planejamento em turismo: breve História brasileira**

Conforme Barretto (2002), a primeira experiência de planejamento foi realizada em 1939, durante o governo de Getúlio Vargas. Em 1956 é criado o Conselho de Desenvolvimento e anunciado o Programa de Metas baseado em estudos da Cepal e do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento).

Para Barretto (2002), a Política Nacional de Turismo teve sua origem em 1966, ano em que, pelo decreto-lei 55 de 18/11, foram criados o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). De acordo com o artigo 1º do referido decreto-lei, Política Nacional de Turismo é “atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou combinadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o *desenvolvimento econômico* do país

Seguindo nessa mesma direção, conforme os apontamentos de Becker (2001, p. 05) “O grande marco institucional na evolução dessa política foi a criação da Embratur em 1966, como uma autarquia, e que enfocava o turismo como uma "indústria nacional" a ser fomentada, dentro das prioridades estratégicas dos governos militares posteriores a 1964”.

Corroborando com essa ideia, Ignarra (2003) acrescenta que, em 1967, foi regulamentado o Sistema Nacional de Turismo. Para Barretto (2002), no ano de 1980, é aberta uma linha de crédito de 50 milhões de dólares, por intermédio do Banco do Brasil, para financiar o turismo norte-americano. Em 1982, foram homologados convênios para a implantação de terminais de turismo social e foi assinado um acordo entre a Embratur e o Ministério do Trabalho, com a finalidade de estimular os sindicatos a organizar viagens turísticas na baixa temporada. No ano seguinte, base no resultado de uma pesquisa realizada pela Embratur nos EUA, começou a ser elaborada pela empresa uma estratégia que atingisse o público mais sofisticado daquele país.

Em um contexto mais recente, Beni (1999, p.02) define o planejamento turístico como “um sistema inter-relacionado de fatores da oferta e da demanda. Os fatores da demanda são os mercados de turismo internacional e doméstico que utilizam atrativos, equipamentos e serviços turísticos”.

Como é possível observar no histórico acima, o planejamento turístico brasileiro em sua gênese parece ter sido constituído com o intuito de fomentar o crescimento dos indicadores, especialmente econômicos, que envolveriam a atividade turística. Percebe-se igualmente, a ausência dos termos “desenvolvimento turístico”, “desenvolvimento regional” e “sustentabilidade” em todos os aspectos históricos que envolveram o planejamento do turismo no Brasil.

Os esforços em prol do planejamento turístico como uma ferramenta de desenvolvimento regional se constituem em uma realidade recente. Realidade esta, que pode ser observada, ainda que de maneira inicial, na proposta do Plano de Desenvolvimento Turístico do Rio Grande do Sul (2012-2015), especialmente em se tratando de seus Eixos temáticos, os quais incluem Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade como partes integrantes dos mesmos.

No entanto, antes de aprofundarmos o estudo do Plano de desenvolvimento Turístico do RS, faremos, inicialmente, uma abordagem sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional e todos os desdobramentos pertinentes ao mesmo no item que segue.

### **Política Nacional de Desenvolvimento Regional- PNDR**

Conforme as considerações encontradas no documento Brasil (2012), a elaboração da PNDR I, datada do ano de 2003, constituiu-se como um marco no que diz respeito à construção de uma política de desenvolvimento regional de base sustentável, inclusiva e descentralizada.

Em se tratando da análise do contexto e macroambiente econômico, político e institucional para a criação da referida política, necessitam ser levados em consideração: I) As crises do planejamento centralizado e das intervenções públicas horizontais (de cima para baixo); II) A globalização e emergência da Economia do conhecimento ou ‘ Economia do Aprendizado’; III) Desenvolvimento e Sustentabilidade; IV) Expansão dos emergentes, competitividade global e efeito China.

De acordo com o que fora mencionado anteriormente, a elaboração da PNDR foi considerada uma quebra de paradigma e entrada de um novo limiar no que concerne às políticas brasileiras de desenvolvimento regional, exatamente por romper com visões tradicionais quanto às problemáticas regionais do país, adotando uma abordagem articulada por múltiplas escalas, promovendo, inclusive, um reconhecimento da diversidade brasileira como um bem a ser explorado no contexto regional.

Outra característica marcante da PNDR, conforme consta em Brasil (2012), consiste na sua abordagem participativa, tanto na construção quanto no acompanhamento das políticas territoriais, valorizando, igualmente o potencial endógeno de cada região.

Dessa forma, percebe-se que, os objetivos primordiais constituídos no PNDR dizem respeito à redução das desigualdades sociais vinculadas ao local de nascimento e moradia dos indivíduos (níveis de renda e expectativa de vida) e a busca por uma reversão das desigualdades inter e intrarregionais, valorizando os fatores endógenos e a diversidade cultural, social, econômica e ambiental.

Com base nos apontamentos observados acima, parecem ficar evidenciados os pilares estruturais da PNDR, que envolvem sustentabilidade, redução das desigualdades sociais e econômicas e gestão descentralizada, possuindo, inclusive, um caráter de transversalidade em sua atuação e aplicabilidade.

Assim sendo, retomando a lógica proposta para este trabalho, será discorrido, a partir do presente momento, sobre aspectos referentes ao Plano de Desenvolvimento do Turismo do RS para que, posteriormente, o mesmo seja contraposto com o PNDR a fim de que sejam identificadas possibilidades similaridades e diferenciações entre os mesmos.

### **Plano de desenvolvimento do turismo do RS (2012-2015).**

Conforme as informações constantes do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul, datado do ano de 2012, o mesmo está organizado e constituído sob os seguintes aspectos:

- I) Sumário executivo;
- II) Análise da Situação atual;
- III) Regiões Turísticas;
- IV) Cenários para o Turismo;
- V) Eixos estratégicos, desafios, projetos e metas;
- VI) Considerações Finais.

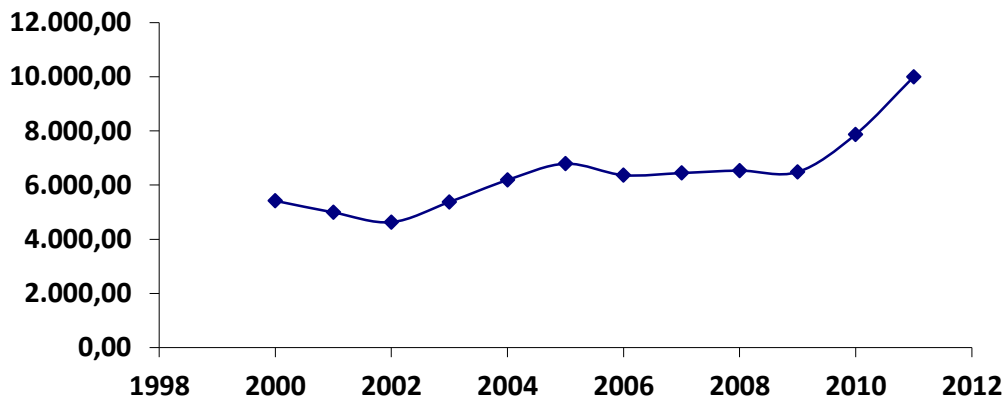
No item “Sumário Executivo”, são dispostos os elementos de gênese, a justificativa para a realização do mesmo, bem com todas as etapas e processos percorridas na elaboração do referido Plano.

Já no item “Análise da Situação Atual”, foi traçado um panorama do desempenho da economia em âmbito mundial, brasileiro e gaúcho apresentando como objetivo reunir e

sistematizar informações e dados de estudos diversos, servindo como base para a elaboração dos cenários turísticos futuros.

Nessa perspectiva, foi dada ênfase à importância do desempenho econômico dos países fronteiriços ao RS como um vetor ao desenvolvimento turístico do estado, juntamente com o preço aplicado ao petróleo e política cambial nacional, ou seja olhar para o principal mercado emissor e para a base de sustentação econômica interna que dita a capacidade de investimento. No referido item, também é ressaltado o aumento do fluxo turístico brasileiro, apresentando, segundo dados da INFRAERO, um crescimento de 14,3% dos desembarques internacionais nos aeroportos brasileiros entre os anos de 2010 a 2011, conforme gráfico que segue:

**Gráfico 1.** Desembarques Internacionais no Brasil (Em milhões de passageiros).



**Fonte:** Adaptado de SETUR (2012).

Conforme consta no documento, outro ponto a ser considerado são os gastos efetuados por turistas estrangeiros no Brasil, os quais igualmente obtiveram um crescimento de 14% entre os anos de 2010 e 2011. Posteriormente, o item contempla também considerações sobre o desempenho econômico e turístico do RS, apresentando indicadores da estrutura para o turismo no Estado, conforme figura que segue:

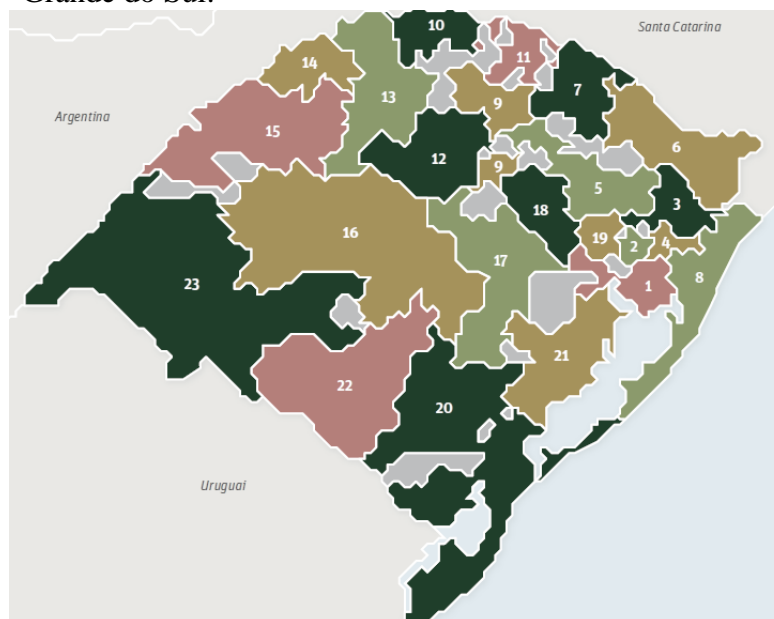
**Figura 1. Estrutura para o turismo do RS.**

Fonte: SETUR-RS (2012, p.24).

Destaca-se também, no referido documento, a questão da competitividade do turismo como um fator gerador de desenvolvimento, proporcionando, inclusive, excelência em termos de potencial de atratividade do estado para turistas.

Fica evidenciada igualmente a necessidade de instâncias de governança ativas e participativas nesse modelo de gestão, articulando a participação de diferentes atores, público, privados e da sociedade civil organizada.

As 11 regiões e 23 microrregiões turísticas do Estado do Rio Grande do Sul foram organizadas conforme a representação da Figura 2 que segue:

**Figura 2. Regiões e Microrregiões turísticas do Rio Grande do Sul.**



Fonte: SETUR-RS (2012).

Em consequência da elaboração do referido plano, a repactuação dos territórios com as instâncias regionais e municipais, redesenha este mapa em 2013, quando o Ministério do Turismo exige de todos os Estados brasileiros a revalidação de seus recortes internos.

A SETUR/RS percorre todo o Estado repactuando o ordenamento territorial, associando 466 municípios – dos 467 existentes – as 25 regiões turísticas então elevadas a esta condição de conforme desejo de seus governantes locais buscando maior representatividade no cenário político do turismo no Estado.

Após serem apresentadas as regiões e microrregiões turísticas do RS, o Plano segue com o item “Cenários para o turismo”, onde, inicialmente, é dado ênfase às prospecções dos fluxos turísticos originados através da Copa do Mundo de 2014, destacando a importância da preparação das cidades para garantir um bom aproveitamento do potencial deste Megaevento.

Assim sendo, foram elaborados quatro cenários para o turismo do RS nos próximos anos, sendo os mesmos divididos em cenários A, B, C e D.

**Cenário A:** Crescimento moderado do turismo com aumento da competitividade turística do RS;

**Cenário B:** Crescimento moderado do turismo com pequenos ganhos de competitividade turística do RS;

**Cenário C:** Crescimento moderado do turismo sem ganho de competitividade turística do RS;

**Cenário D:** Retração no turismo sem ganho de competitividade turística do RS.

Após a apresentação dos possíveis cenários para o turismo, SETUR (2012) caracteriza as metas, organizadas através de desafios específicos para o turismo no RS. Foram assim elencados, cinco desafios, sendo eles:



**Desafio 1:** Implementar o sistema de gestão do Turismo no RS em 250 colegiados municipais até o ano de 2015;

**Desafio 2:** Preparar o RS para captar grandes eventos, ampliando de 32 eventos realizados em 2012 para 62 eventos internacionais realizados no estado no ano de 2015;

**Desafio 3:** Aumentar a Competitividade das microrregiões turísticas do RS, passando de 54,6 no ano de 2012 para 60,1 no ano de 2015;

**Desafio 4:** Posicionar o RS no mercado nacional e internacional, aumentando o número de desembarques nacionais de 3,9 milhões em 2012 para 5,5 milhões em 2015 e desembarques internacionais de 380 mil em 2012 para 545 mil em 2015;

**Desafio 5:** Fomentar o empreendedorismo, a inovação e a qualificação dos serviços turísticos, aumentando o número de empresas de atividades turísticas, 18,7 mil(2012) para 21,2 mil (2015), e de pessoas empregadas em atividades de alcinha turística, 250 mil (2012) para 354 mil (2015).

No que diz respeito aos eixos estratégicos, os mesmos estão organizados em 5 eixos principais, estando dispostos conforme a figura abaixo:

**Figura 3.** Eixos estratégicos presentes no Plano.

<b>01. GESTÃO DESCENTRALIZADA E PARTICIPATIVA</b>	O turismo no Rio Grande do Sul deve se desenvolver tendo como base uma gestão descentralizada e participativa, sustentada pelo Sistema de Gestão Estadual do Turismo, contemplando todas as regiões turísticas – por meio das instâncias de governança regionais –, e todo o estado, abrangendo as esferas pública e privada.
<b>02. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO</b>	O turismo deve ser gerido com base no planejamento e na avaliação de objetivos, ações e resultados, de forma a aumentar a qualidade da gestão, a transparência e o melhor uso dos recursos públicos. Para apoiar o processo de planejamento, os municípios devem estabelecer colegiados de turismo e realizar inventários da oferta turística.
<b>03. DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>	O turismo deve promover o desenvolvimento a partir das regiões turísticas, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e para o fortalecimento e a diversificação da economia do estado.
<b>03. DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>	O turismo deve promover o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades sociais por meio da inserção dos cidadãos no mercado de trabalho e da geração de postos de trabalho e de renda para a população.
<b>05. PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE E A ACESSIBILIDADE</b>	O turismo deve promover a aproximação e a paz entre pessoas de diferentes ideologias, religiões, orientação sexual e as que possuem necessidades especiais, favorecendo o conhecimento, o encontro, o respeito, a tolerância e a compreensão, e contribuindo para tornar a atividade turística acessível aos mais diversos públicos.

**Fonte:** SETUR-RS (2012, p.74).

Por fim, são tecidas as considerações finais do referido Plano, versando para a importância em considera-lo como uma referência para a política pública setorial do turismo

no estado, possibilitando criar condições favoráveis ao desenvolvimento econômico e social e participação comunitária na gestão do turismo em nível estadual.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para esse Trabalho de Pesquisa foi utilizado o método de Estudo de Caso de forma exploratória com abordagem qualitativa, através da técnica de Entrevista Padronizada, aplicada junto à um representante da Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul. A pesquisa foi aplicada no dia 18 de Setembro de 2013.

Com base nos objetivos deste trabalho, definiu-se como método de pesquisa o Estudo de Caso. Segundo Ventura (2007, p.384), o estudo de caso “é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais”. A autora complementa ainda que o referido método “visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações” (VENTURA, 2007, p.384).

Para a realização desta pesquisa, foi utilizada como instrumento de coleta a entrevista padronizada.

A coleta de dados deu-se inicialmente através de contato telefônico e e-mail com a Secretaria do Estado e aplicação do formulário de entrevista despadronizada com um representante do órgão gestor em questão. (Conforme Quadro 1)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Entrevista representante da Secretaria Estadual de Turismo - SETUR.

As respostas obtidas com o formulário de entrevista aplicado junto à um representante da Secretaria Estadual de Turismo estão dispostas conforme o quadro que segue:

#### Quadro 1: Formulário de entrevista SETUR

**Questão A:** O plano de desenvolvimento do turismo do Rio Grande do Sul (2012-2015) foi elaborado por profissionais advindos de quais áreas do conhecimento?

Foi contratado a FGV para conduzir o processo. Mas, este processo ocorreu utilizando de metodologia participativa de planejamento, com envolvimento de atores de todas as regiões turísticas. No primeiro momento, representando as antigas 11 regiões

turísticas. Houve também algumas conferências temáticas, com assuntos específicos e pessoal mais especializado conforme a área (rural, paleontologia, por exemplo).

**Questão B:** Para elaboração do referido Plano de Desenvolvimento, utilizou-se de conceitos do Planejamento estratégico clássico? Quais?

A escolha foi pelo método de identificação de cenários. Foram usadas técnicas do planejamento participativo, mas intrínseca à concepção de construção de cenário no uso de metodologias participativas. Nas Conferências Regionais e Temáticas foram escolhidos delegados que representaram suas regiões na Conferência Estadual. Esta por sua vez teve dois grandes momentos de debate e percepções conjuntas – início e fim – entrecortados pelas divisões em grupos tematizados – já em um recorte que sinalizava o entendimento de desafios que as demandas regionais pressupunham.

**Questão C:** A elaboração do plano levou em consideração os fatores que compõem a Política Nacional de Desenvolvimento Regional- PNDR? Quais?

Indiretamente, na busca de atender diretamente suas percepções dialogadas no cenário nacional e o que foi posto em debate na construção do Programa Nacional de Regionalização e pelas demandas dos atores que compuseram cada região nas conferências regionais e pela leitura do Plano Nacional do Turismo sobre o tema abordado pelo Ministério da Integração.

**Questão D:** Como é feita a gestão das regiões e microrregiões turísticas? De forma centralizada ou descentralizada.

Este tema requer uma ponderação. É que descentralização é um conceito diferente de regionalização. Descentralizar é o que se pratica, distribuindo os recursos e alocação esforços, pessoal, equipamentos e materiais em cada cidade, com atuação dos estados e do próprio governo federal.

Já regionalização é dividir a responsabilidade com atores sociais criando instâncias de governanças independentes do sistema de governança (oficial), atraindo atores distintos e conforme suas pretensões coletivas. Desse modo, a opção da regionalização do turismo é pela gestão compartilhada, através da representação das instâncias de governanças no Conselho Estadual do Turismo. Estas por sua vez, devem, com autonomia, definir quais serão suas instâncias e suas representatividades.

Vale lembrar que as microrregiões foram alçadas à condição de regiões turísticas e, o recorte

inicial de 23 foi estendida para 25 em 2013, quando da realização do RS Mais Turismo. Foi determinante também a escolha de um representante da região para compor o Conselho Estadual do Turismo, que delibera sobre o Fundo Estadual. Dessa forma, cada região faz parte dos rumos da política estadual do turismo.

**Questão E:** A sustentabilidade e redução das desigualdades sociais estariam contempladas como objetivos do Plano? De que forma?

Todo processo de regionalização tem como diretriz a redução das desigualdades – não que sejam todas eficazes – e, como premissa para o turismo, da sustentabilidade. No caso do Plano de Desenvolvimento do Turismo requer um exercício do reconhecimento das produções locais e definição objetiva de quais são seus produtos, destinos e formas de produção para construir os planejamentos regionalizados em consonância com o do Estado. Dessa forma, não de imediato, é claro, mas há possibilidade de construir uma temporalidade para o processo de consolidação, seja em âmbito regional, estadual, nacional, ou quiçá, internacional. A tendência é que o ciclo de representatividades entre governos locais, instâncias regionais e governo estadual, dialogando com o governo federal, possamos definir alinhamentos e horizontes distintos para cada região, alocando esforços, tempo de organização, planejamento conjunto, recursos e qualificações voltadas às regiões distintamente, tendo em vista que temos três níveis diferentes de regiões – que estão recém formatando seus colegiados, que estão definindo seus planos regionais e, que estão definindo sua promoção. É justamente na possibilidade de levar às regiões menos organizadas lógicas e procedimentos de organização e maturação de seus produtos que iniciamos este acolhimento às demandas em busca de oportunizar um nivelamento das regiões, colaborando assim para o combate às desigualdades regionais.

**Fonte:** Os autores.

### **Análise Do PNDR e Plano De Desenvolvimento Turístico.**

Conforme explicitado na parte inicial deste trabalho, serão contrapostas as informações referentes ao PNDR e Plano de Desenvolvimento do Turismo (2012-2015), com enfoque específico em objetivos, eixos temáticos e propostas.

Ressalta-se igualmente a importância em expressar que os documentos possuem naturezas distintas, tanto no seu enfoque quanto na sua abrangência.

Levadas em consideração essas distinções, ao analisarmos os documentos, parece possível perceber que, em se tratando das similaridades, percebe-se que as questões que envolvem os temas sustentabilidade, gestão descentralizada e participativa, geração de renda e redução das desigualdades sociais aparecem como elementos comuns e partes centrais da composição dos principais itens que compõem ambos os documentos, como por exemplo, em seus objetivos e eixos estratégicos, o que sinalizam para possíveis alinhamentos entre as propostas, de desenvolvimento turístico do RS com a política nacional de desenvolvimento regional.

Esse alinhamento parece reforçar-se com as respostas obtidas através da entrevista ao representante da Secretaria de Turismo do Estado, o qual também indica o PNDR como um referencial para a construção do Plano estadual de Desenvolvimento Turístico vigente.

Inclui-se nesta análise o referencial ao subcapítulo 4.2.2. O papel das políticas regionais “implícitas” e suas implicações para a PNDR, que dita exatamente esta relação de “políticas públicas que buscam promover, especificamente, a redução das desigualdades regionais” (Brasil, 2012, p. 25) previstas nas políticas setoriais como do turismo.

## CONCLUSÃO

Ainda que esta política setorial e suas diversas ações distributivas em territórios regionais estejam contribuindo objetivamente para alimentar uma trajetória de desconcentração regional no Rio Grande do Sul, mesmo que ainda acanhada, tem-se jogado papel muito aquém da sua capacidade de transformação, muito em razão da ausência de uma orientação clara, identificada e reconhecida pelo Ministério da Integração, capaz de assegurar coerência, sinergia e complementaridade dos vários esforços em torno de estratégias setoriais de desenvolvimento regional.

Observa-se assim, que ambos planos apresentam como premissa de desenvolvimento o tripé composto pela descentralização, sustentabilidade e busca pela desigualdade social, teoria esta que também está presente nas respostas obtidas através da entrevista, na qual o responsável indica que apesar do Plano Estadual de Desenvolvimento Turístico não possuir o PNDR como base para sua formação, o mesmo foi utilizado como referência em função dos atores envolvidos no processo.

Sob essa perspectiva, é fundamental na relação das políticas nacionais e setoriais as devidas condições de pactuação que façam das políticas setoriais braços de fortalecimento da descentralização das políticas nacionais de regionalização e não tão somente uma ação de um

governo que mantém sua capacidade de planejamento e ações nos seus devidos anos de gestão, tão comum na governabilidade das instâncias municipais, regionais e estaduais e, porque não reconhecer, no Brasil.

### REFERÊNCIAS

BARRETTO, Margarita. Planejamento e Organização em Turismo. 7a Ed. São Paulo: Papyrus, 2002.

BECKER, Bertha K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2001.

BENI, Mario C. Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional: Planejamento Integrado e Sustentável do Turismo. Revista Turismo em Análise, São Paulo, v.10, n.1, p.1-6, 1999.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional – MI. Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR. I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional – Texto de Referência. Brasília, DF, 2012. Disponível em: [http://www.integracao.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=54bce099-503a-4076-8613-d90dd6107c79&groupId=10157](http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=54bce099-503a-4076-8613-d90dd6107c79&groupId=10157). Acesso em: 23 set. 2014.

IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Turismo. São Paulo: Pioneira, 2003.

RIO GRANDE DO SUL – SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO - SETUR - RS. Plano de Desenvolvimento de Turismo do Rio Grande do Sul 2012-2015. Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em [file:///C:/Users/Lorete/AppData/Local/Temp/20140205124002plano\\_de\\_desenvolvimento\\_turismo\\_rs.pdf](file:///C:/Users/Lorete/AppData/Local/Temp/20140205124002plano_de_desenvolvimento_turismo_rs.pdf). Acesso em: 23 de set. de 2014.

VENTURA, Magda M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa: Revista SOCERJ, Rio de Janeiro, Set/Out, v. 5, n.20, p. 383-386, 2007.

E-mail: [contato@cienciaeconhecimento.com.br](mailto:contato@cienciaeconhecimento.com.br)